



# RELATÓRIO ANUAL DE REGULAÇÃO

2022



## **Ficha Técnica**

**Título:** Relatório de Regulação - 2022

**Colaboração técnica:**

Direção de Regulamentação, Formação e Acreditação

Direção de Supervisão, Auditoria e Estudo

Direção Administrativa e Financeira

Gabinete de Comunicação e Imagem

Gabinete do Sistema de Gestão da Qualidade

**Redação e edição:**

Gabinete de Comunicação e Imagem

**Autoridade Reguladora das Aquisições Públicas**

**Endereço:** Rua Neves Ferreira, nº 5 - Plateau - Praia, Caixa Postal 787

**Telefone:** (+238) 260 04 07

**Site:** [www.arap.cv](http://www.arap.cv)

**E-mail:** [info@arap.gov.cv](mailto:info@arap.gov.cv)

**Nossas redes sociais:**

Facebook

Youtube

Linkedin

Soundcloud

Flickr

Twitter

Issuu

Repositório de documentos

## Índice de Tabela



<b>Tabela 1:</b> Publicidade de planos anuais de aquisições	11
<b>Tabela 2:</b> Entidades com procedimentos publicados	13
<b>Tabela 3:</b> Publicação por tipo de procedimento	15
<b>Tabela 4:</b> Entidades com procedimento supervisionados	15
<b>Tabela 5:</b> Entidade, tipo e valor de procedimentos	16
<b>Tabela 6:</b> Contratos adjudicados com pagamento de emolumentos	20
<b>Tabela 7:</b> Contrato adjudicado por natureza do adjudicatário	21
<b>Tabela 8:</b> Número de procedimentos auditadas	23
<b>Tabela 9:</b> Entidades e número de procedimentos auditados em 2022	25
<b>Tabela 10:</b> Procedimentos auditados por tipo de contrato	30
<b>Tabela 11:</b> Entidades com certificados emitidos em 2022	36
<b>Tabela 12:</b> Solicitação de Acreditação de UGA em 2022	36
<b>Tabela 13:</b> Publicidade de ficha de contratos no site da ARAP	42
<b>Tabela 14:</b> Entidades com ficha de contratos publicados no portal	43
<b>Tabela 15:</b> Recursos humanos por unidade organizacional	48
<b>Tabela 16:</b> Orçamento ARAP 2022	49
<b>Tabela 17:</b> Execução por agrupamento das despesas	50

## Índice de Figura



---

<b>Figura 1: Competências da ARAP</b>	<b>3</b>
<b>Figura 2: Organograma</b>	<b>5</b>

A handwritten signature in blue ink, located in the bottom right corner of the page. The signature is stylized and appears to be a personal name.

## Índice de Gráfico



<b>Gráfico 1:</b> Tipo de Solicitação recebidas em 2022	7
<b>Gráfico 2:</b> Solicitações dos ISNCP em 2022	8
<b>Gráfico 4:</b> Evolução de solicitações durante o ano 2022	9
<b>Gráfico 3:</b> Meios utilizados nas solicitações	9
<b>Gráfico 5:</b> Entidades com procedimentos no Portal	12
<b>Gráfico 6:</b> Relação de publicações portal e jornais	13
<b>Gráfico 7:</b> Publicações por tipo de contrato	14
<b>Gráfico 8:</b> Procedimento supervisionados por tipo de entidade	20
<b>Gráfico 9:</b> Supervisão por tipo de procedimento	20
<b>Gráfico 10:</b> Categoria de Entidade Auditada	24
<b>Gráfico 11:</b> Taxa de conformidade por procedimento	31
<b>Gráfico 12:</b> Taxa de conformidade por contrato	31
<b>Gráfico 13:</b> Taxa de conformidade por categoria de entidade	32
<b>Gráfico 14:</b> Formandos por categoria de entidade	34
<b>Gráfico 15:</b> Inscrição e aprovação no curso em 2022	34
<b>Gráfico 16:</b> Satisfação face a objetivos do curso CACP	35
<b>Gráfico 17:</b> Satisfação face aos objetivos do curso CCP	35
<b>Gráfico 18:</b> Recurso interpostos durante 2022	38
<b>Gráfico 19:</b> Entidades Recorridas x Quantidade de Recursos	39
<b>Gráfico 20:</b> Recurso interposto por procedimento	39
<b>Gráfico 21:</b> Recurso por tipo de contrato	40
<b>Gráfico 22:</b> Estado das decisões sobre os recursos	40
<b>Gráfico 23:</b> Execução por agrupamento das despesas	50
<b>Gráfico 24:</b> Taxa de cumprimento das competências	52

## Lista de Sigla

<b>ADS</b>	Águas de Santiago	<b>DAF</b>	Direção Administrativa e Financeira
<b>ANAS</b>	Agência Nacional de Águas e Saneamento	<b>DRFA</b>	Direção de Regulamentação Formação e Acreditação
<b>ARAP</b>	Autoridade Reguladora de Aquisições Públicas	<b>DSAE</b>	Direção de Supervisão, Auditoria e Estudos
<b>BCV</b>	Banco de Cabo Verde	<b>ECV</b>	Estradas de Cabo Verde
<b>CA</b>	Conselho de Administração	<b>ERIS</b>	Entidade Reguladora Independente de Saúde
<b>CCP</b>	Código de Contratação Pública	<b>GCI</b>	Gabinete de Comunicação e Imagem
<b>CCV</b>	Correios de Cabo Verde	<b>HAN</b>	Hospital Agostinho Neto
<b>CMBV</b>	Câmara Municipal de Boa Vista	<b>ICV</b>	Infraestruturas de Cabo Verde
<b>CMM</b>	Câmara Municipal do Maio	<b>INIDA</b>	Instituto Nacional de Investigação para o Desenvolvimento e Agrário
<b>CMMOST</b>	Câmara Municipal dos Mosteiros	<b>INPS</b>	Instituto Nacional de Previdência Social
<b>CMP</b>	Câmara Municipal da Praia	<b>MAA</b>	Ministério de Agricultura e Ambiente
<b>CMRB</b>	Câmara Municipal de Ribeira Brava	<b>MFFE</b>	Ministério de Finanças e Fomento Empresarial
<b>CMRGSA</b>	Câmara Municipal de Ribeira Grande de Santo Antão	<b>MIOTH</b>	Ministério de Infraestruturas Ordenamento do Território e Habitação
<b>CMRGST</b>	Câmara Municipal de Ribeira Grande de Santiago	<b>MS</b>	Ministério de Saúde
<b>CMS</b>	Câmara Municipal do Sal	<b>UGA</b>	Unidade de Gestão das Aquisições
<b>CMSCF</b>	Câmara Municipal de Santa Catarina do Fogo		
<b>CMSCST</b>	Câmara Municipal de Santa Catarina de Santiago		
<b>CMSF</b>	Câmara Municipal de São Filipe		
<b>CMSM</b>	Câmara Municipal de São Miguel		

<b>ÍNDICE DE TABELA</b>	I
<b>ÍNDICE DE FIGURA</b>	II
<b>ÍNDICE DE GRÁFICO</b>	III
<b>LISTA DE SIGLA</b>	IV
<b>1. Apresentação</b>	0
<b>2. Caracterização Institucional</b>	2
2.1. Missão e Visão	3
2.2. Atribuições e Competências	3
2.3. Estrutura Orgânica	5
<b>3. Consulta e Solicitações dos Intervenientes do SNCP</b>	6
3.1. Solicitações dos ISNCP	7
3.2. Meios Utilizados para Solicitações	9
<b>4. Regulamentação do Sistema de Contratação Pública</b>	10
4.1. Emissão de Diretivas ao SNCP	21
4.2. Acompanhamento e Supervisão do SNCP	11
4.3. Monitorização de Planos Anuais de Aquisições no Portal	11
4.4. Procedimentos no Portal	12
4.5. Supervisão às Entidades Adjudicantes	15
4.6. Procedimentos Supervisionados	16
4.7. Monitorização da Adjudicação de Contratos	20
4.8. Categoria dos Adjudicatários	21
<b>5. Auditoria aos Procedimentos de Contratação Pública</b>	22
5.2. Procedimentos Auditados por Tipo de Contrato	24
5.3. Taxa de Conformidade das Entidades Auditadas por Tipos de Procedimentos e Contratos	32
<b>6. Formação e Acreditação</b>	33
6.1. Formação dos Intervenientes do SNCP	34
6.2. Acreditação de Unidades de Gestão das Aquisições	36
<b>7. Resolução de Conflitos</b>	37
7.1. Recursos Interpostos	38
7.2. Decisão sobre Recursos Interpostos	40
<b>8. Informação e Publicidade</b>	41
8.1. Publicidade de Relatórios de Auditoria	42
8.2. Publicidade de Registo de Contratos	42
8.3. Publicidade de Deliberações da CRC	43
8.4. Publicidade de Entidades com UGA	44



---

<b>9. Sancionamento</b>	<b>45</b>
<b>10. Recursos da Instituição</b>	<b>47</b>
10.1. Recursos Humanos	48
10.2. Orçamento	48
10.3. Execução do Orçamento	49
<b>11. Considerações Finais</b>	<b>51</b>





# 1. Apresentação



*Handwritten signature in blue ink.*

A Autoridade Reguladora das Aquisições Públicas-ARAP, procede à elaboração e publicação do seu primeiro Relatório de Regulação em cumprimento ao estatuído no Decreto-lei nº55/2015 de 09 de outubro.

A publicação deste Relatório Anual de Regulação representa o esforço da ARAP no cumprimento das suas obrigações, com o qual se pretende divulgar os principais indicadores relativos à contratação pública e potenciar um melhor conhecimento desta área.

O modelo cabo-verdiano de contratação pública, ímpar a nível dos PALOP, não nos permitiu fazer comparações de modelo a adotar para o presente documento. Sendo assim o primeiro exercício, este relatório só foi possível pelo esforço conjunto da equipa da ARAP. Sendo evidente o carácter inovador deste instrumento que se pretende a partir deste ano levar a cabo por forma que pouco a pouco este se consolide como instrumento de referencia na matéria.

A regulação dos contratos públicos, constitui um instrumento importante para a aquisição dos bens do Estado, mas também enquanto um instrumento de promoção do desenvolvimento e de promoção da atividade económica, com base na legalidade e na transparência, por forma a que o Estado possa maximizar os gastos com as aquisições públicas.

É importante que, no quadro da contratação pública, não haja nenhum critério de beneficiação, que não seja no interesse público. E isso tem que ser feito com base na regulação, proporcionando assim, a criação e materialização de um quadro normativo, para regular a contratação pública enfatizando o controlo e a fiscalização por forma que, caso haja desvios, possam haver sanções e evitar que bens públicos possam ser colocados ao serviço de terceiros e não ao serviço do interesse público.



## 2. Caracterização Institucional



A Autoridade Reguladora das Aquisições Públicas-ARAP é uma autoridade administrativa independente, de base institucional, dotada de funções reguladoras e personalidade jurídica, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, criada em 2008, através do Decreto-lei nº 15/2008 de 8 de maio (alterado pelo Decreto-lei nº 55/2015, de 9 de outubro) com a missão de regular, promovendo um mercado de aquisições públicas alinhado com as opções de desenvolvimento nacional, atrativo para os fornecedores, facilitado para os intervenientes e fomentador da boa gestão do dinheiro público.

## 2.1. Missão e Visão

A ambição da ARAP ao fim de catorze (14) anos é de consolidação como um organismo independente, com capacidade de regulação, de forma a orientar como as aquisições públicas são realizadas em defesa do bem público e do interesse nacional.

A missão da ARAP assenta na regulação da contratação pública a fim de promover o desenvolvimento económico de Cabo Verde.

## 2.2. Atribuições e Competências

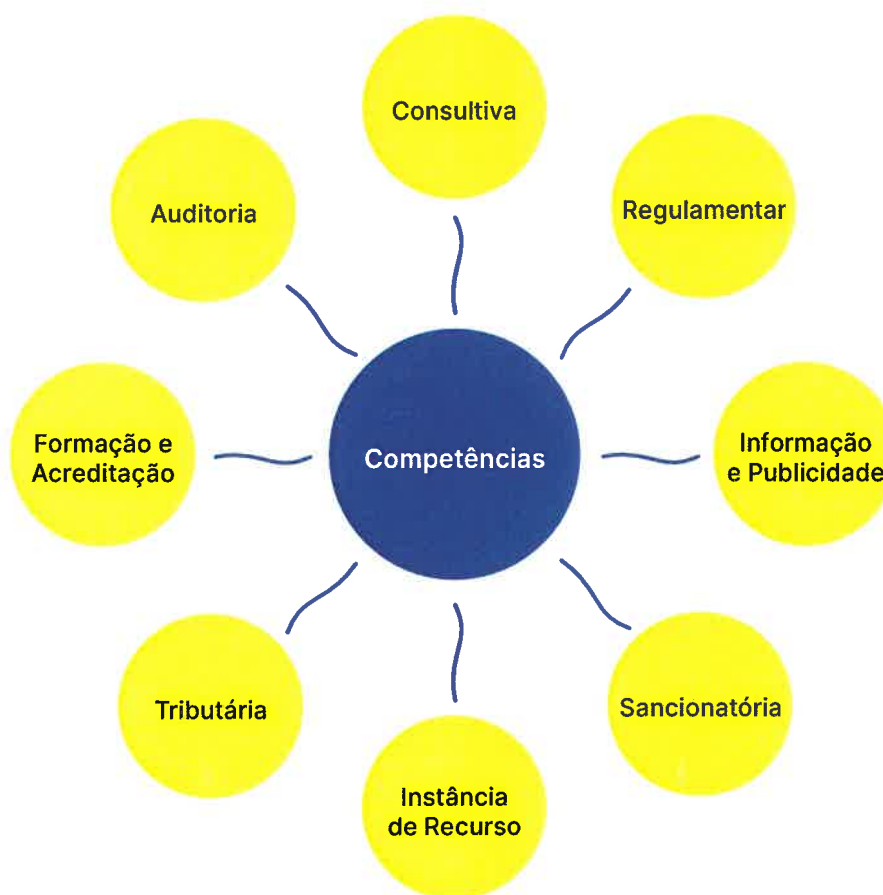




Figura 1: Competências da ARAP


### São atribuições da ARAP:


- Garantir a boa gestão do dinheiro público empregue na contratação pública, isto é, garantir a qualidade da despesa pública, pressupondo-se que por qualidade da despesa se refere a pertinência, a relação custo-benefício, a utilidade e a sustentabilidade dos serviços, bens e obras públicas adquiridos pelo Estado;
- Promover as prioridades e objetivos da política e do desenvolvimento nacional, ou seja, que os consumos e realizações do Estado devem estar ao serviço do desenvolvimento socioeconómico da comunidade;
- Exigir que as entidades adjudicantes cumpram os princípios e normas que regem a contratação pública;
- Intervir como instrumento facilitador das mudanças que são necessárias para promover o desenvolvimento de boas práticas pelas entidades adjudicantes, recorrendo a uma abordagem pedagógica junto dos intervenientes do sistema e disseminando informações e conhecimento sobre a legislação e normas;
- Prevenir e combater a corrupção associadas aos processos de contratação pública;


Para cumprir com as suas atribuições o estatuto da ARAP, atribui-lhe algumas competências que a seguir se indica:

 **Consultiva** permite que a ARAP pronuncie sobre assuntos da sua área de atuação, tendo como destinatários a Assembleia Nacional, Governo, Entidades adjudicantes, operadores económicos ou representantes da sociedade civil.




 **Regulamentação** deve a ARAP elaborar e emitir normas técnicas e diretivas destinadas a garantir o bom funcionamento das Unidades de Gestão das Aquisições(UGA), dos júris e das entidades adjudicantes. Bem como acompanhar e supervisionar o Sistema Nacional de Contratação Pública.

 **Instância de Recurso** que é materializada através do órgão CRC, incumbe-lhe a apreciação e resolução de diferendos entre os candidatos ou concorrentes e as entidades adjudicantes.

 **Auditoria** permite efetuar auditorias ao sistema e procedimentos de contratação pública, para verificação do cumprimento dos normativos.

 **Informação e Publicidade**, a ARAP deve manter um canal obrigatório de comunicação para disseminação de informação sobre a atividade regulatória, isto é, sobre a atividade-fim da instituição e sobre os instrumentos associados nomeadamente legislações, regulamentos, diretivas e procedimentos bem como disponibilizar informações sobre a transparência na prestação de contas.



- 
**Sancionamento** permite que a ARAP proceda ao cessamento da acreditação das UGA e seus membros, aplicar coimas aos responsáveis pela condução dos procedimentos e aos funcionários da Administração Pública e aos operadores económicos.
  
- 
**Formação** deve garantir a capacitação dos intervenientes no Sistema Nacional da Contratação Pública, e a nível da **Acreditação** deve proceder a análise e acreditação para os integrantes das UGA.
  
- 
**Tributária** que é suporte às atividades regulatórias permitindo que a ARAP arrecade receitas através de taxas e contribuições das entidades.

### 2.3. Estrutura Orgânica

A estrutura organizacional da ARAP comporta órgãos obrigatórios e estruturas técnicas e de suporte cujas competências acima indicadas são operacionalizadas. A atual estrutura se encontra na imagem infra, de acordo com as orientações do Conselho de Administração, cujos 3 membros são nomeados pelo governo, por tempo determinado os quais são responsáveis pela gestão da instituição conforme o estatuto.

A Comissão de Resolução de Conflitos é o órgão responsável pela Instância de Recurso; O Gabinete de Comunicação e Imagem (GCI) materializa a competência de Informação e Publicidade em articulação com as demais estruturas; a competência Sancionatória está sob a responsabilidade do Gabinete de contraordenação; a Competência Consultiva, a de Regulamentação e a de Formação e Acreditação é da responsabilidade da Direção de Regulamentação Formação e Acreditação; a de Auditoria é operacionalizada pela Direção de Supervisão Auditoria e Estudos; e a Tributária da responsabilidade da Direção Administrativa e Financeira.



Figura 2: Organograma

### 3. Consulta e Solicitações dos Intervenientes do SNCP



No âmbito da competência consultiva a ARAP, pode pronunciar sobre questões da sua esfera específica submetidas pela Assembleia Nacional ou pelo Governo, bem como, questões atinentes a regulação submetida pelos Intervenientes do Sistema Nacional da Contratação Pública (ISNCP)

### 3.1. Solicitações dos ISNCP

Nesse domínio, a maior parte da intervenção da ARAP resultaram de solicitações com relação a dúvidas gerais de legislação que traduziram em emissão de esclarecimentos, seguido de dúvidas específicas durante a condução de procedimentos por parte das entidades adjudicantes que originaram emissão de pareceres a entidade adjudicante sobre um processo concreto. Assim, durante o ano 2022, a ARAP contabilizou um total de **147 solicitações** de diversos intervenientes.

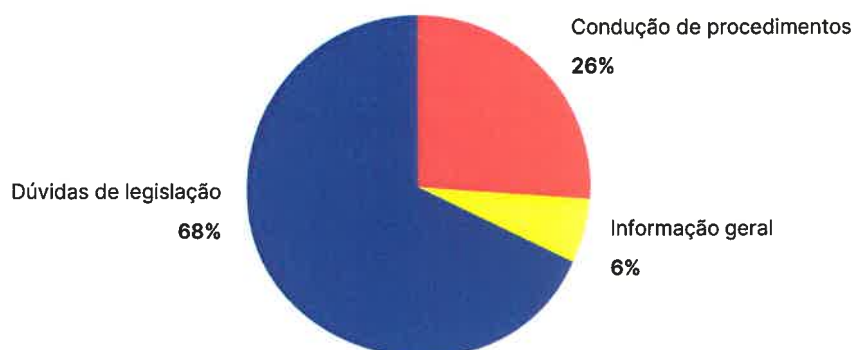


Gráfico 1: Tipo de Solicitação recebidas em 2022





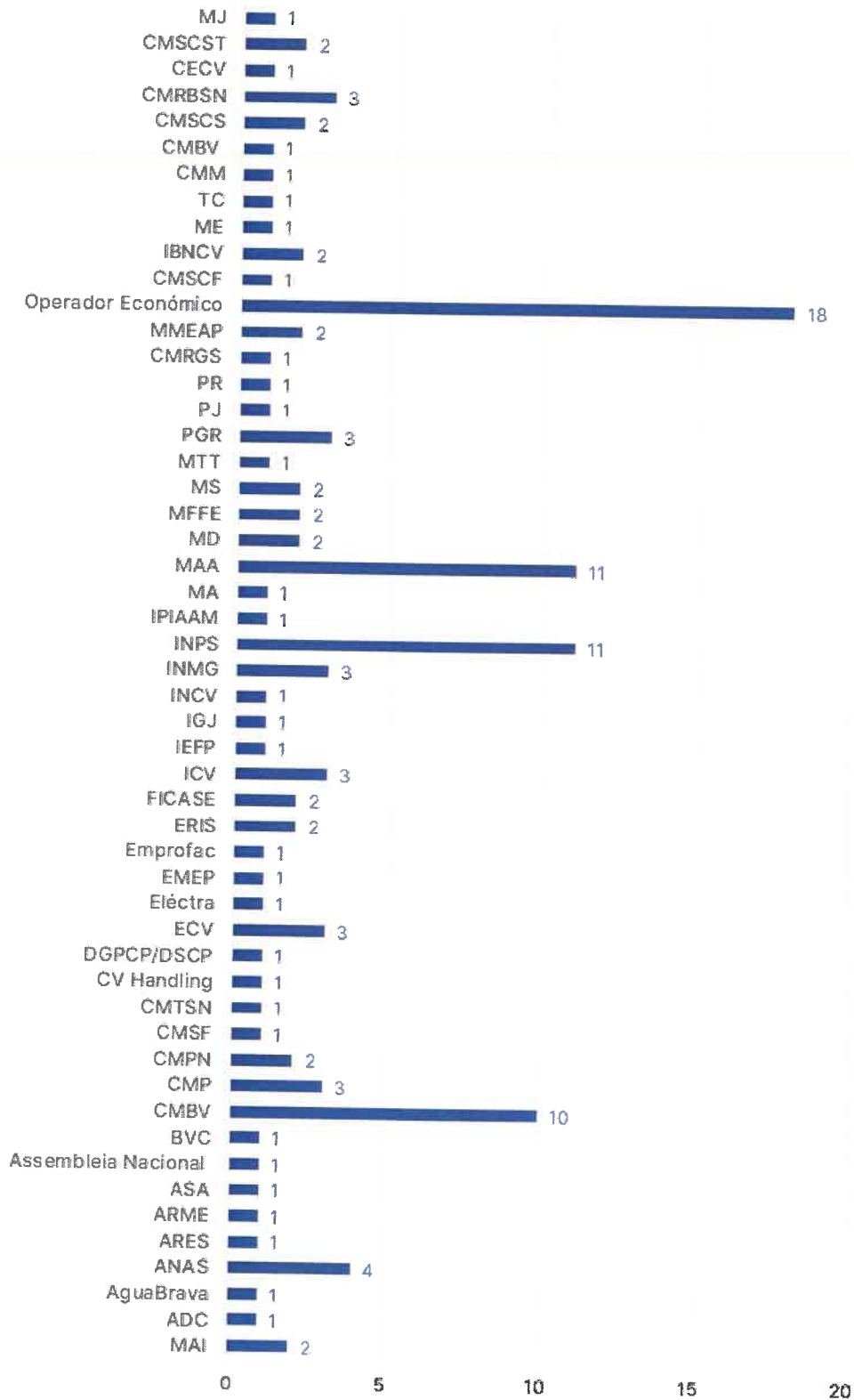
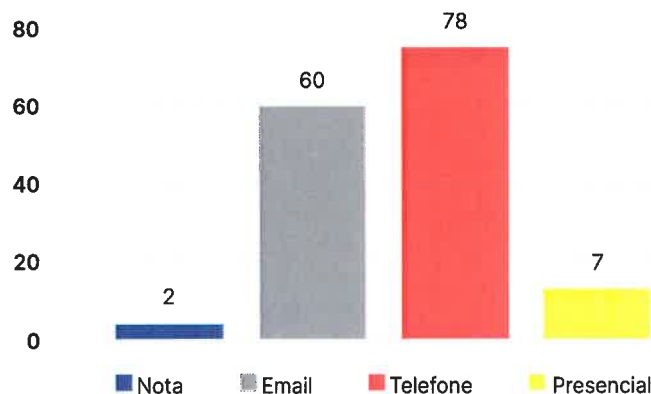


Gráfico 2: Solicitações dos ISNCP em 2022

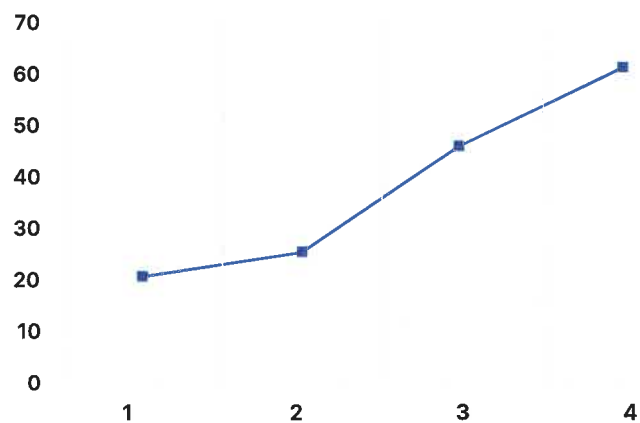


### 3.2. Meios Utilizados para Solicitações

Nas solicitações feitas à ARAP, os Intervenientes do Sistema Nacional da Contratação Pública (ISNCP) utilizaram vários canais de comunicação para o efeito, sendo de destacar o telefone e o email.



**Gráfico 3:** Meios utilizados nas solicitações



**Gráfico 4:** Evolução de solicitações durante o ano 2022



## 4. Regulamentação do Sistema de Contratação Pública



As atividades de regulamentação constituem uma componente fundamental da contratação pública e, consubstanciam em emissões de normas e orientações técnicas aos intervenientes do Sistema Nacional da Contratação Pública, que resultam do trabalho tanto do acompanhamento e supervisão às entidades adjudicantes, do atendimento às solicitações dos Intervenientes do SNCP, bem como, do monitoramento dos procedimentos lançados, com vista a promover a implementação de boas práticas aquisitivas, melhorar a aplicação do Código da Contratação Pública e promover a transparência no Sistema Nacional da Contratação Pública.

#### 4.1. Emissão de Diretivas ao SNCP

A ARAP emitiu a Diretiva nº2/2022 com objetivo de orientar as entidades para o dever de publicitar o registo das contratações efetuadas, sob pena de contraordenação. Foi ainda clarificada uma diretiva relativa a elaboração e publicação de Plano Anual de Aquisições.

#### 4.2. Acompanhamento e Supervisão do SNCP

Esta atividade encontra fundamento na competência regulamentar da ARAP que obriga a entidade a **acompanhar e supervisionar** o Sistema Nacional da Contratação Pública(SNCP). O âmbito desta atividade permite o acompanhamento da situação dos procedimentos de contratação pública, com o objetivo de prevenir a ocorrência de erros durante a condução dos mesmos com a emissão, por parte da ARAP, de recomendações, orientações e normas de boas práticas, quando aplicável.

A atividade de acompanhamento e supervisão permite ainda que a ARAP monitore o cumprimento por parte do adjudicatário quanto ao pagamento dos emolumentos devidos. Sendo que, a entidade adjudicante deve certificar-se que o emolumento devido à ARAP foi integralmente pago pelo adjudicatário, antes da assinatura do contrato.

#### 4.3. Monitorização de Planos Anuais de Aquisições no Portal

A elaboração e publicação dos Planos Anuais de Aquisições é um imperativo do Código da Contratação Pública que obriga a todas as entidades adjudicantes a programarem os processos de aquisição os quais devem ser publicados no portal.

Assim, durante o ano 2022 registou-se apenas 11 entidades com Planos Anuais de Aquisições publicados no portal.

*Tabela 1: Publicidade de planos anuais de aquisições*

Plano Anual de Aquisições 2022	
Ministérios	Ministério das Finanças e Fomento Empresarial
	Ministério da Economia Digital
	Chefia de Governo
Autarquias	Câmara Municipal de São Felipe
Entidades Reguladoras	Agência de Regulação do Ensino Superior
	Entidade Reguladora Independente da Saúde



Plano Anual de Aquisições 2022	
Institutos Públicos	Instituto Nacional da Previdência Social
	Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Agrário
Fundações Públicas	Fundação Caboverdiano de Ação Social e Escolar
Empresas Públicas	Aeroportos e Segurança Aérea
	Empresa de Mobilidade e Estacionamento da Praia

#### 4.4. Procedimentos no Portal

O Código da Contratação Pública (CCP), no seu artigo 25º indica que as Entidades Adjudicantes devem publicitar os documentos do procedimento e as respetivas alterações no portal de contratação pública cujo endereço atual é <https://www.mf.gov.cv/web/ecompras>.

A ARAP tem realizado a atividade de monitoramento de procedimentos da contratação pública, acompanhando tanto as publicações no portal de compras públicas, bem como, nos jornais e outros meios de divulgação.

No ano de 2022 registou-se um total de **30 Entidades Adjudicantes** com procedimentos publicados, totalizando **145 publicações** de procedimentos.

Verifica-se que do total das entidades, apenas 11 tiveram publicações feitas no portal conforme a imposição do artigo 24º do CCP.

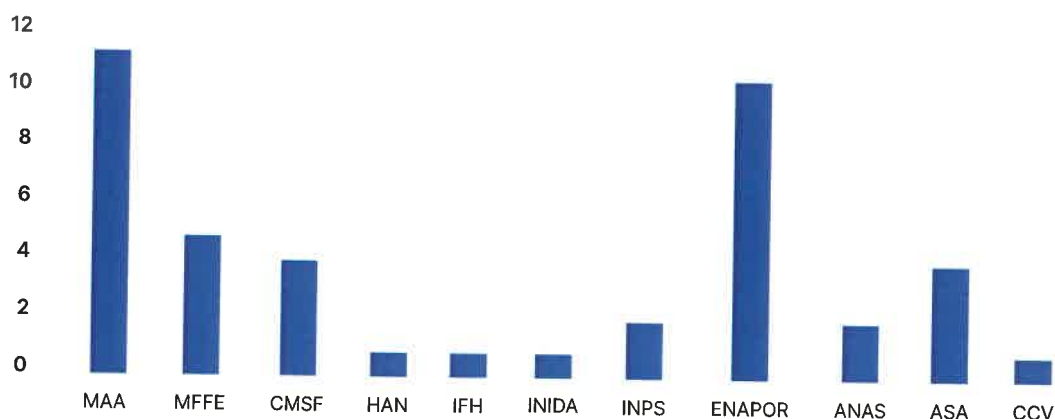


Gráfico 5: Entidades com procedimentos no Portal



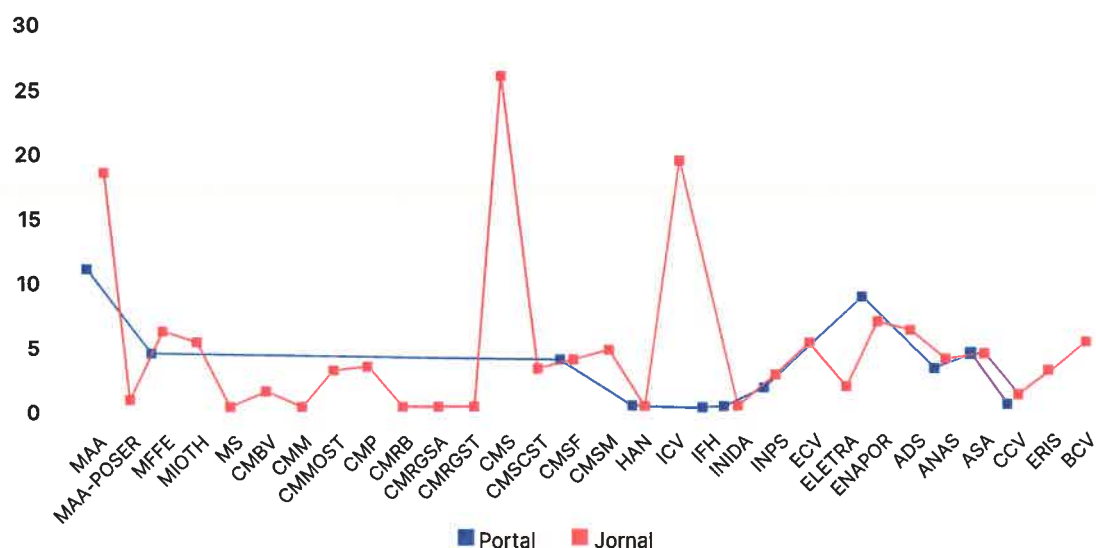


Gráfico 6: Relação de publicações portal e jornais

Em relação aos meios utilizados, constatou-se que os jornais, destacaram-se em relação ao portal da contratação pública cuja obrigatoriedade a lei assim o exige. Das 145 publicações contabilizadas, 141 foram feitos no jornal, apenas 38 foram publicadas no portal.

Tabela 2: Entidades com procedimentos publicados

Tipo entidade	Nome	Total procedimentos publicados	Local de publicação	
			Portal	Jornal
Ministérios	MAA	17	11	17
	MAA-POSER	2		2
	MFFE	6	5	6
	MIOTH	5		5
	MS	1		1
Autarquias locais	CMBV	2		2
	CMM	1		1
	CMMOST	3		3
	CMP	3		3
	CMRB	1		1
	CMRGSA	1		1
	CMRGST	1		1
	CMS	25		25
	CMSCST	3		3
	CMSF	4	4	4
	CMSM	5		5

Tipo entidade	Nome	Total procedimentos publicados	Local de publicação	
			Portal	Jornal
Empresas públicas	HAN	1	1	1
	ICV	18		18
	IFH	1	1	
	INIDA	1	1	1
	INPS	3	2	3
	ECV	5		5
	ELETRA	2		2
	ENAPOR	10	10	7
	ADS	6		6
	ANAS	3	2	3
	ASA	4	4	4
	CCV	2	1	2
Entidade reguladora	ERIS	3		3
	BCV	6		6
<b>Total acompanhado</b>		<b>145</b>	<b>42</b>	<b>141</b>

No que toca ao tipo de contrato subjacente aos procedimentos publicados, destacam-se os relativos a empreitadas de obras públicas e os de locação e aquisição de bens móveis.

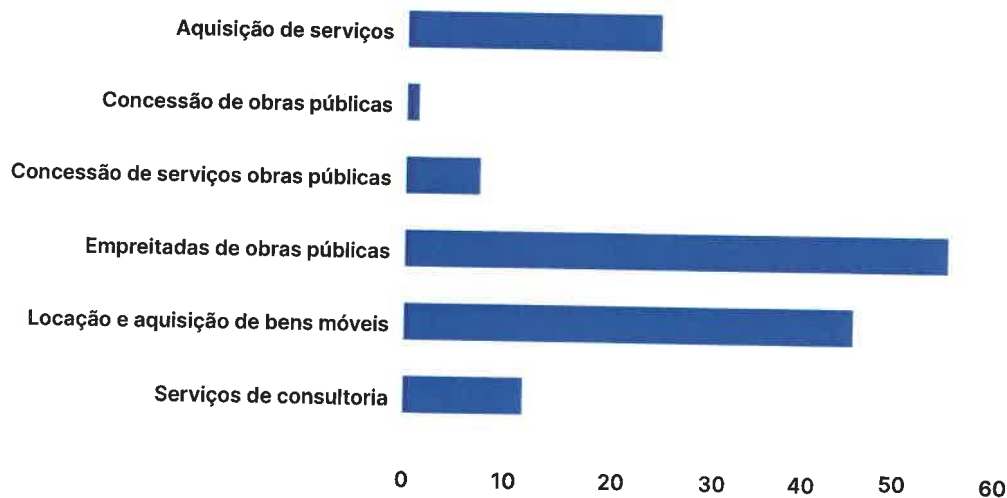


Gráfico 7: Publicações por tipo de contrato

Relativamente ao tipo de procedimento objeto de publicação destaca-se o concurso público. Sendo que, deste tipo de procedimento, 8 foram de âmbito internacional.



**Tabela 3: Publicação por tipo de procedimento**

Tipo de procedimento	Nº de publicação
Concurso limitado por prévia qualificação	5
Concurso Público	139
Concurso público em duas fases	1
<b>Total geral</b>	<b>145</b>

#### 4.5. Supervisão às Entidades Adjudicantes

A ARAP realiza a atividade de supervisão in loco, nas entidades adjudicantes sobre os procedimentos de contratação pública que estão em curso, com o objetivo de fazer um acompanhamento de proximidade e assim prevenir a ocorrência de erros na condução de procedimentos de contratação pública.

No âmbito da supervisão realizada em 2022 a ARAP abarcou **26 entidades adjudicantes**, incidindo sobre um total de **132 procedimentos**, distribuídos entre entidades da administração direta (49 procedimentos), institutos públicos (39 procedimentos), autarquias locais (18 procedimentos), empresas públicas (15 procedimentos), órgãos de soberania (06 procedimentos) e agências reguladoras (05 procedimentos).

**Tabela 4: Entidades com procedimento supervisionados**

Tipo de entidade	Nome da entidade	Alvo de supervisão
Administração direta	Ministério da Cultura e Indústrias Criativas	*sp
	Ministério da Indústria Comércio e Energia	5
	Ministério Das Finanças e do Fomento Empresarial	13
	Ministério Da Defesa Nacional	*sp
	Ministério Dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Integração Regional	*sp
	Ministério Da Administração Interna	2
	Ministério Do Turismo E Transportes	9
	Ministério Do Mar	8
Autarquias locais	CM Mosteiros	9
	CM Praia	*sp
	CM Santa Catarina de Santiago	9
Empresas públicas	Telecomunicações de Cabo Verde	*sp
	Cabo Verde Broadcast	9
	Caixa Económica de Cabo Verde	6
	Escola de Hotelaria e Turismo	*sp



Tipo de entidade	Nome da entidade	Alvo de supervisão
Entidades reguladoras	Agência de Regulação do Ensino Superior	*sp
	Autoridade Reguladora das Aquisições Públicas	5
Institutos públicos	Agência Nacional de Água e Saneamento	16
	Instituto Caboverdiano da Criança e do Adolescente	*sp
	Instituto Nacional de Previdência Social	6
	Instituto Nacional de Saúde Pública	19
	Hospital Central Baptista De Sousa	4
	Universidade De Cabo Verde	4
Órgãos de soberania	Assembleia Nacional	6
	Conselho Superior da Magistratura Judicial	*sp
	Conselho Superior do Ministério Público	*sp

SP\* Sem procedimento no momento da supervisão

#### 4.6. Procedimentos Supervisionados

A tabela a seguir, apresenta o número de procedimentos, o valor dos contratos celebrados em cada entidade alvo de supervisão, por tipo de procedimentos e tipo de contratos.

Como se pode constatar a maior parte dos procedimentos supervisionados foi conduzido por ajuste direto (80%), seguido de concurso restrito (14%) e concurso público (6%).

Tabela 5: Entidade, tipo e valor de procedimentos

Tipo de entidade / Entidade / Tipo de procedimento / Tipo de contrato	Nº de procedimentos	Valor do contrato
<b>Administração Direta</b>	<b>39</b>	<b>39 834 129</b>
Ministério do Mar	8	4 212 372
Ajuste Direto	8	4 212 372
Locação e aquisição de bens móveis	2	792 372
Aquisição de Serviços	5	2 196 000
Serviços de Consultoria	1	1 224 000
Ministério das Finanças	13	14 812 992
Concurso Público	1	*
Locação e aquisição de bens móveis	1	*
Concurso Restrito	5	6 887 112
Empreitada de obras públicas	1	1 136 793



<b>Tipo de entidade / Entidade / Tipo de procedimento / Tipo de contrato</b>	<b>Nº de procedimentos</b>	<b>Valor do contrato</b>
Locação e aquisição de bens móveis	1	*
Serviços de Consultoria	3	5 750 319
<b>Ajuste Direto</b>	<b>7</b>	<b>7 925 880</b>
Serviços de Consultoria	7	7 925 880
<b>Ministério da Administração Interna</b>	<b>2</b>	<b>2 838 412</b>
<b>Ajuste Direto</b>	<b>2</b>	<b>2 838 412</b>
Empreitada de obras públicas	1	1 658 824
Aquisição de Serviços	1	1 179 588
<b>Mnistério Turismo e Transporte</b>	<b>9</b>	<b>12 208 333</b>
<b>Concurso Restrito</b>	<b>2</b>	<b>2 444 528</b>
Aquisição de Serviços	2	2 444 528
<b>Ajuste Direto</b>	<b>7</b>	<b>9 763 805</b>
Locação e aquisição de bens móveis	1	2 498 629
Aquisição de Serviços	1	626 000
Serviços de Consultoria	5	6 639 176
<b>Mnistério da Industria, Comércio e Energia</b>	<b>5</b>	<b>3 455 000</b>
<b>Ajuste Direto</b>	<b>5</b>	<b>3 455 000</b>
Locação e aquisição de bens móveis	2	2 220 000
Aquisição de Serviços	3	1 235 000
<b>Mnistério da Defesa</b>	<b>2</b>	<b>2 307 020</b>
<b>Ajuste Direto</b>	<b>2</b>	<b>2 307 020</b>
Empreitada de obras públicas	1	1 727 000
Locação e aquisição de bens móveis	1	580 020
<b>Agência Reguladora</b>	<b>5</b>	<b>3 022 081</b>
<b>Autoridade Reguladora das Aquisições Públicas</b>	<b>5</b>	<b>3 022 081</b>
<b>Ajuste Direto</b>	<b>5</b>	<b>3 022 081</b>
Empreitada de obras públicas	5	3 022 081
<b>Autarquias Locais</b>	<b>18</b>	<b>19 913 810</b>
<b>Câmara Municipal de Santa Catarina de Santiago</b>	<b>9</b>	<b>8 146 706</b>

Tipo de entidade / Entidade / Tipo de procedimento / Tipo de contrato	Nº de procedimentos	Valor do contrato
<b>Concurso Público</b>	2	*
Empreitada de obras públicas	2	*
<b>Concurso Restrito</b>	2	*
Empreitada de obras públicas	2	*
<b>Ajuste Direto</b>	5	8 146 706
Empreitada de obras públicas	5	8 146 706
<b>Câmara Municipal dos Mosteiros</b>	9	11 767 104
<b>Concurso Público</b>	2	8 608 696
Empreitada de obras públicas	2	8 608 696
<b>Ajuste Direto</b>	7	3 158 408
Empreitada de obras públicas	7	3 158 408
<b>Empresas Públicas</b>	15	24 257 099
<b>Cabo Verde Broadcast</b>	9	6 526 816
<b>Ajuste Direto</b>	9	6 526 816
Empreitada de obras públicas	9	6 526 816
<b>Caixa Económica</b>	6	17 730 283
<b>Ajuste Direto</b>	6	17 730 283
Empreitada de obras públicas	6	17 730 283
<b>Institutos Públicos</b>	49	129 364 846
<b>Hospital Baptista de Sousa</b>	4	39 013 226
<b>Ajuste Direto</b>	4	39 013 226
Locação e aquisição de bens móveis	4	39 013 226
<b>Instituto Nacional de Previdência Social</b>	6	23 265 459
<b>Concurso Público</b>	1	*
Locação e aquisição de bens móveis	1	*
<b>Ajuste Direto</b>	5	23 265 459
Locação e aquisição de bens móveis	4	22 065 459
Serviços de Consultoria	1	1 200 000
<b>Instituto Nacional de Saúde Pública</b>	19	24 349 448
<b>Ajuste Direto</b>	19	24 349 448



Tipo de entidade / Entidade / Tipo de procedimento / Tipo de contrato	Nº de procedimentos	Valor do contrato
Locação e aquisição de bens móveis	2	2 544 592
Aquisição de Serviços	17	21 804 856
<b>Agência Nacional de Água e Saneamento</b>	<b>16</b>	<b>40 137 019</b>
Concurso Público	2	34 263 526
Empreitada de obras públicas	2	34 263 526
Concurso Restrito	6	*
Empreitada de obras públicas	6	*
<b>Ajuste Direto</b>	<b>8</b>	<b>5 873 493</b>
Aquisição de Serviços	5	4 347 541
Serviços de Consultoria	3	1 525 952
<b>Univervidade de Cabo Verde</b>	<b>4</b>	<b>2 599 694</b>
Concurso Restrito	2	156 522
Aquisição de Serviços	2	156 522
<b>Ajuste Direto</b>	<b>2</b>	<b>2 443 172</b>
Aquisição de Serviços	1	1 582 303
Serviços de Consultoria	1	860 870
<b>Órgãos de Soberania</b>	<b>6</b>	<b>14 542 969</b>
<b>Assembleia Nacional</b>	<b>6</b>	<b>14 542 969</b>
Concurso Restrito	1	10 828 054
Locação e aquisição de bens móveis	1	10 828 054
<b>Ajuste Direto</b>	<b>5</b>	<b>3 714 915</b>
Aquisição de Serviços	5	3 714 915
<b>Total geral</b>	<b>132</b>	<b>230 934 934</b>

\* Procedimento ainda sem valor adjudicado



A maior parte dos procedimentos pertence aos institutos públicos e ministérios. E, em relação ao tipo de procedimento constatado na supervisão, a maior parte é por ajuste direto.



Gráfico 8: Procedimento supervisionados por tipo de entidade



Gráfico 9: Supervisão por tipo de procedimento

#### 4.7. Monitorização da Adjudicação de Contratos

A ARAP acompanha a adjudicação dos contratos das entidades adjudicantes, tendo em vista que, os adjudicatários devem efetuar o pagamento dos emolumentos, antes da assinatura do contrato. Sendo que os respetivos emolumentos constituem receitas da ARAP, nos termos do artigo 43º do Decreto-lei que aprova os seus Estatutos e, da Diretiva da ARAP nº 1/2018 de 25 de maio.

Durante o ano 2022 a ARAP contabilizou um total de **508** contratos adjudicados. A estes contratos traduziram no montante total de **8 581 112 293\$00**, o que representa cerca de 20% do somatório dos valores da dotação orçamental registados nas rubricas, 02.02-Aquisição de bens e serviços e 03.01-Ativos não Financeiros do **Orçamento Geral do Estado** para o ano económico de 2022.

Tabela 6: Contratos adjudicados com pagamento de emolumentos

Tipos de contrato	Quantidade contratos com emolumentos pago	
	Nº	Valor
Aquisição de serviços	53	332 477 386
Concessão de serviços públicos	1	2 202 428 250
Empreitada de obras públicas	154	3 470 037 312
Locação e aquisição de bens móveis	159	2 307 674 329
Serviços de consultoria	141	268 495 016
<b>Total</b>	<b>508</b>	<b>8 581 112 293</b>



Dos 508 contratos contabilizados, **159** são relativos a locação e aquisição de bens móveis no valor de 2 307 674 329\$00 e, **1** é referente a concessão de serviços públicos correspondente ao valor de 2 202 428 250\$00.

Em termos de maior valor financeiro é representado pelos contratos de empreitadas de obras públicas no montante global de 3 470 037 312\$00, equivalendo a 154 contratos e o menor com o valor é de 268 495 016\$00, representando 141 contratos de serviços de consultoria.

Dos 508 contratos contabilizados, **159** são relativos a locação e aquisição de bens móveis no valor de 2 307 674 329\$00 e, **1** é referente a concessão de serviços públicos correspondente ao valor de 2 202 428 250\$00.

Em termos de maior valor financeiro é representado pelos contratos de empreitadas de obras públicas no montante global de 3 470 037 312\$00, equivalendo a 154 contratos e o menor com o valor é de 268 495 016\$00, representando 141 contratos de serviços de consultoria.

#### 4.8. Categoria dos Adjudicatários

Com relação à nacionalidade do adjudicatário, categorizando entre entidades nacionais e estrangeiras, constata-se que dos 508 contratos a maioria foi destinada aos adjudicatários nacionais, ou seja 411 que representa 81%, contra 97 contratos celebrados com entidades estrangeiras que representa 19% do total dos contratos celebrados que foram objetos de monitorização.

*Tabela 7: Contrato adjudicado por natureza do adjudicatário*

Tipos de contrato	Adjudicatário nacional		Adjudicatário estrangeiro	
	Nº	Valor	Nº	Valor
Aquisição de serviços	36	195 135 654	17	137 341 732
Concessão de serviços públicos	0	-	1	2 202 428 250
Empreitada de obras públicas	154	3 470 037 312	0	-
Locação e aquisição de bens móveis	107	1 216 955 417	52	1 090 718 912
Serviços de consultoria	114	181 236 663	27	87 258 353
<b>Total</b>	<b>411</b>	<b>5 063 365 046</b>	<b>97</b>	<b>3 517 747 247</b>

Em termos do valor financeiro conforme se verifica no quadro abaixo apresentado, as entidades nacionais tiveram um bolo maior ou seja **5 049 537 906\$00**, chegando a representar 59% do valor total dos contratos celebrados.

## 5. Auditoria aos Procedimentos de Contratação Pública



A ARAP no âmbito da sua competência, vem realizando auditorias anuais a entidades adjudicantes desde 2010. Essas auditorias são conduzidas com base em critérios pré-definidos e referem-se aos procedimentos executados pelas entidades adjudicantes no ano anterior ao da auditoria.

O objetivo dessas auditorias é avaliar se as entidades adjudicantes estão cumprindo adequadamente os princípios e regras da contratação pública em relação aos procedimentos que já foram concluídos. Dessa forma, a ARAP busca garantir a transparência e a observância dos princípios e regras nos processos de contratação pública, promovendo uma cultura de integridade e confiança na administração pública.

A auditoria aos procedimentos de contratação pública que conduzidos pelas entidades adjudicantes durante o ano 2021 abrangeu 29 entidades, conforme a tabela infra.

*Tabela 8: Número de procedimentos auditadas*

Tipo de entidade	Nome da entidade	Nº Proc. Auditado
Autarquias Locais	CM da Brava	5
	CM Maio	2
	CM Praia	16
	CM de Ribeira Brava	8
	CM Ribeira Grande de Santiago	4
	CM Sal	17
	CM de São Lourenço dos Órgãos	2
	Camara Municipal de São Miguel	16
	CM de S. Vicente	16
	CM Tarrafal de São Nicolau	4
	CM de Porto Novo	6
	CM de São Domingos	3
	CM Tarrafal Santiago	2
	CM de Paúl	0
CM Ribeira Grande	0	
Empresas Públicas	Águas de Santiago	27
	Correios de Cabo verde	9
	Estradas de Cabo Verde	9
	Empresa de produtos Farmacêuticos - EMPROFAC	7
	Electra SA	23
	CV Handling	3
	Sociedade de Desenvolvimento Turístico das Ilhas de Boa Vista e Maio	8





Tipo de entidade	Nome da entidade	Nº Proc. Auditado
Agência Reguladora	Agência de Aviação Civil	9
	Banco de Cabo verde	27
	Entidade Reguladora Independente de Saúde	5
Institutos Públicos	Forças Armadas	5
	Instituto de Emprego e Formação Profissional	4
	Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica	2
	Cabo Verde TradInvest	5

A auditoria incidiu sobre uma amostra de 244 procedimentos, distribuídos entre as autarquias (41,4%), empresas públicas (35,2%), agências reguladoras (16,8%) e institutos públicos (6,6%), equivalendo ao montante de total de 1 491 770 034\$00.



Gráfico 10: Categoria de Entidade Auditada

## 5.2. Procedimentos Auditados por Tipo de Contrato

A maior parte dos procedimentos auditados foram conduzidos por ajuste direto (75,4%), seguido de concurso restrito (17,6%) e concurso público (6,1%). Por outro lado, as empreitadas de obras públicas representam a maioria dos contratos auditados, independentemente do tipo de procedimento adotado pelas entidades.



**Tabela 9: Entidades e número de procedimentos auditados em 2022**

Entidade / Tipo de procedimento	Quantidade de procedimentos	Valor do contrato
<b>Águas de Santiago</b>	<b>27</b>	<b>170 542 065</b>
Ajuste Direto	11	102 333 353
Aquisição de Serviços	1	4 736 871
Empreitada de obras públicas	9	83 413 066
Locação e aquisição de bens móveis	1	14 183 416
Concurso Restrito	16	68 208 712
Aquisição de Serviços	4	12 504 773
Empreitada de obras públicas	3	16 234 274
Locação e aquisição de bens móveis	9	39 469 665
<b>Banco de Cabo Verde</b>	<b>27</b>	<b>74 674 299</b>
Ajuste Direto	21	24 471 091
Aquisição de Serviços	12	13 240 622
Locação e aquisição de bens móveis	4	4 670 851
Serviços de Consultoria	5	6 559 618
Concurso Público	5	45 553 208
Locação e aquisição de bens móveis	5	45 553 208
Concurso Público em duas fases	1	4 650 000
Serviços de Consultoria	1	4 650 000
<b>ELETRA SA</b>	<b>23</b>	<b>172 294 057</b>
Ajuste Direto	21	164 128 536
Locação e aquisição de bens móveis	21	164 128 536
Concurso Restrito	2	8 165 521
Locação e aquisição de bens móveis	2	8 165 521
<b>Câmara Municipal Sal</b>	<b>17</b>	<b>39 781 405</b>
Ajuste Direto	16	38 932 768
Aquisição de Serviços	2	6 853 230
Empreitada de obras públicas	13	31 589 659
Locação e aquisição de bens móveis	1	489 879
Concurso Restrito	1	848 637
Aquisição de Serviços	1	848 637



Entidade / Tipo de procedimento	Quantidade de procedimentos	Valor do contrato
<b>Câmara Municipal de São Vicente</b>	<b>16</b>	<b>23 392 478</b>
Ajuste Direto	16	23 392 478
Empreitada de obras públicas	8	10 237 958
Locação e aquisição de bens móveis	8	13 154 520
<b>Câmara Municipal de Praia</b>	<b>16</b>	<b>47 178 786</b>
Ajuste Direto	13	30 801 043
Empreitada de obras públicas	13	30 801 043
Concurso Restrito	3	16 377 743
Empreitada de obras públicas	3	16 377 743
<b>Câmara Municipal de São Salvador do Mundo</b>	<b>16</b>	<b>43 804 099</b>
Ajuste Direto	16	43 804 099
Empreitada de obras públicas	11	34 054 649
Locação e aquisição de bens móveis	5	9 749 450
<b>Agência de Aviação Civil</b>	<b>9</b>	<b>77 548 985</b>
Ajuste Direto	8	74 977 054
Aquisição de Serviços	8	74 977 054
Concurso Restrito	1	2 571 931
Aquisição de Serviços	1	2 571 931
<b>Estradas de Cabo Verde</b>	<b>9</b>	<b>410 856 763</b>
Ajuste Direto	1	10 849 902
Empreitada de obras públicas	1	10 849 902
Concurso Público	7	396 638 471
Aquisição de Serviços	1	3 100 000
Empreitada de obras públicas	6	393 538 471
Concurso Restrito	1	3 368 390
Locação e aquisição de bens móveis	1	3 368 390
<b>Correios de Cabo Verde</b>	<b>9</b>	<b>67 904 369</b>
Ajuste Direto	7	41 822 908
Aquisição de Serviços	3	27 363 050
Empreitada de obras públicas	3	6 609 324



Entidade / Tipo de procedimento	Quantidade de procedimentos	Valor do contrato
Locação e aquisição de bens móveis	1	7 850 534
Concurso Limitado Por Prévia Qualificação	1	21 136 461
Aquisição de Serviços	1	21 136 461
Concurso Restrito	1	4 945 000
Aquisição de Serviços	1	4 945 000
<b>Câmara Municipal Ribeira Brava</b>	<b>8</b>	<b>13 112 150</b>
Ajuste Direto	7	8 405 495
Aquisição de Serviços	1	463 752
Empreitada de obras públicas	5	6 975 743
Serviços de Consultoria	1	966 000
Concurso Restrito	1	4 706 655
Empreitada de obras públicas	1	4 706 655
<b>Sociedade de Desenvolvimento Turístico das Ilhas de Boa Vista e Maio</b>	<b>8</b>	<b>26 112 921</b>
Ajuste Direto	6	16 502 436
Empreitada de obras públicas	3	12 964 648
Serviços de Consultoria	3	3 537 788
Concurso Restrito	2	9 610 485
Empreitada de obras públicas	1	7 791 112
Serviços de Consultoria	1	1 819 373
<b>EMPROFAC</b>	<b>7</b>	<b>91 438 675</b>
Ajuste Direto	7	91 438 675
Locação e aquisição de bens móveis	7	91 438 675
<b>Câmara Municipapl de Porto Novo</b>	<b>6</b>	<b>15 606 955</b>
Ajuste Direto	5	7 202 044
Empreitada de obras públicas	5	7 202 044
Concurso Restrito	1	8 404 911
Empreitada de obras públicas	1	8 404 911
<b>Cabo Verde Tradeinvest</b>	<b>5</b>	<b>5 739 450</b>
Ajuste Direto	5	5 739 450
Aquisição de Serviços	1	345 000



Entidade / Tipo de procedimento	Quantidade de procedimentos	Valor do contrato
Serviços de Consultoria	4	5 394 450
<b>Câmara Municipal da Brava</b>	<b>5</b>	<b>21 006 974</b>
Ajuste Direto	4	11 089 199
Empreitada de obras públicas	3	9 489 199
Serviços de Consultoria	1	1 600 000
Concurso Público	1	9 917 775
Empreitada de obras públicas	1	9 917 775
<b>Entidade Reguladora Independente da Saúde</b>	<b>5</b>	<b>3 232 539</b>
Ajuste Direto	4	1 852 539
Aquisição de Serviços	1	426 420
Locação e aquisição de bens móveis	2	1 036 119
Serviços de Consultoria	1	390 000
Concurso Restrito	1	1 380 000
Serviços de Consultoria	1	1 380 000
<b>Forças Armadas</b>	<b>5</b>	<b>16 820 187</b>
Ajuste Direto	5	16 820 187
Aquisição de Serviços	1	349 600
Empreitada de obras públicas	1	425 167
Locação e aquisição de bens móveis	3	16 045 420
<b>Câmara Municipal de Ribeira Grande de Santiago</b>	<b>4</b>	<b>11 444 313</b>
Ajuste Direto	2	4 514 113
Aquisição de Serviços	1	1 070 000
Empreitada de obras públicas	1	3 444 113
Concurso Restrito	2	6 930 200
Empreitada de obras públicas	2	6 930 200
<b>Instituto do Emprego e Formação Profissional</b>	<b>4</b>	<b>4 225 226</b>
Ajuste Direto	2	845 976
Aquisição de Serviços	1	311 276
Locação e aquisição de bens móveis	1	534 700



Entidade / Tipo de procedimento	Quantidade de procedimentos	Valor do contrato
Concurso Restrito	2	3 379 250
Locação e aquisição de bens móveis	2	3 379 250
<b>Câmara Municipal Tarrafal de São Nicolau</b>	<b>4</b>	<b>81 388 848</b>
Ajuste Direto	3	6 350 000
Serviços de Consultoria	3	6 350 000
Concurso Público	1	75 038 848
Empreitada de obras públicas	1	75 038 848
<b>Cabo Verde Handling</b>	<b>3</b>	<b>11 374 500</b>
Concurso Restrito	3	11 374 500
Aquisição de Serviços	3	11 374 500
<b>Câmara Municipal de São Domingos</b>	<b>3</b>	<b>27 678 925</b>
Concurso Restrito	3	27 678 925
Empreitada de obras públicas	2	17 765 882
Locação e aquisição de bens móveis	1	9 913 043
<b>Câmara Municipal do Maio</b>	<b>2</b>	<b>7 995 134</b>
Ajuste Direto	1	896 261
Locação e aquisição de bens móveis	1	896 261
Concurso Público	1	7 098 873
Empreitada de obras públicas	1	7 098 873
<b>Câmara Municipal de São Lourenço dos Órgãos</b>	<b>2</b>	<b>17 439 070</b>
Concurso Restrito	2	17 439 070
Empreitada de obras públicas	2	17 439 070
<b>Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica</b>	<b>2</b>	<b>875 000</b>
Ajuste Direto	1	600 000
Serviços de Consultoria	1	600 000
Concurso Restrito	1	275 000
Aquisição de Serviços	1	275 000
<b>Câmara Municipal de Tarrafal de Santiago</b>	<b>2</b>	<b>8 301 860</b>
Ajuste Direto	2	8 301 860



Entidade / Tipo de procedimento	Quantidade de procedimentos	Valor do contrato
Empreitada de obras públicas	2	8 301 860
<b>Total Geral</b>	<b>244</b>	<b>1 491 770 034</b>

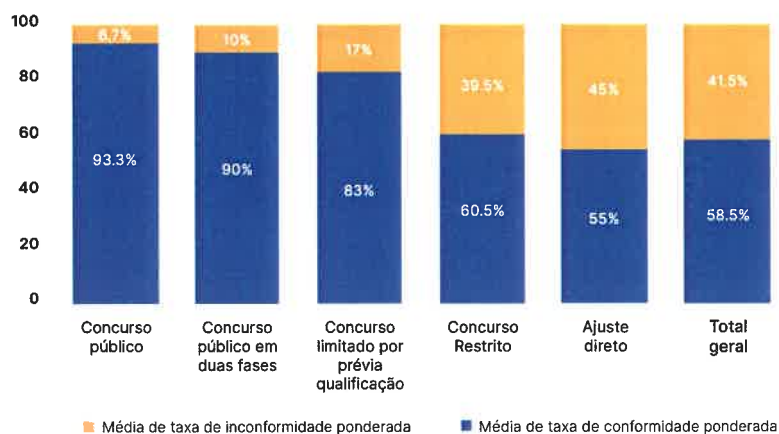
Tabela 10: Procedimentos auditados por tipo de contrato

Procedimentos e tipos de contratos auditados	Porcentagem
<b>Ajuste Direto</b>	<b>75,41%</b>
Aquisição de Serviços	13,11%
Empreitada de obras públicas	31,97%
Locação e aquisição de bens móveis	22,54%
Serviços de Consultoria	7,79%
<b>Concurso Limitado Por Prévia Qualificação</b>	<b>0,41%</b>
Aquisição de Serviços	0,41%
<b>Concurso Público</b>	<b>6,15%</b>
Aquisição de Serviços	0,41%
Empreitada de obras públicas	3,69%
Locação e aquisição de bens móveis	2,05%
<b>Concurso Público em duas fases</b>	<b>0,41%</b>
Serviços de Consultoria	0,41%
<b>Concurso Restrito</b>	<b>17,62%</b>
Aquisição de Serviços	4,51%
Empreitada de obras públicas	6,15%
Locação e aquisição de bens móveis	6,15%
Serviços de Consultoria	0,82%
<b>Total Geral</b>	<b>100,00%</b>

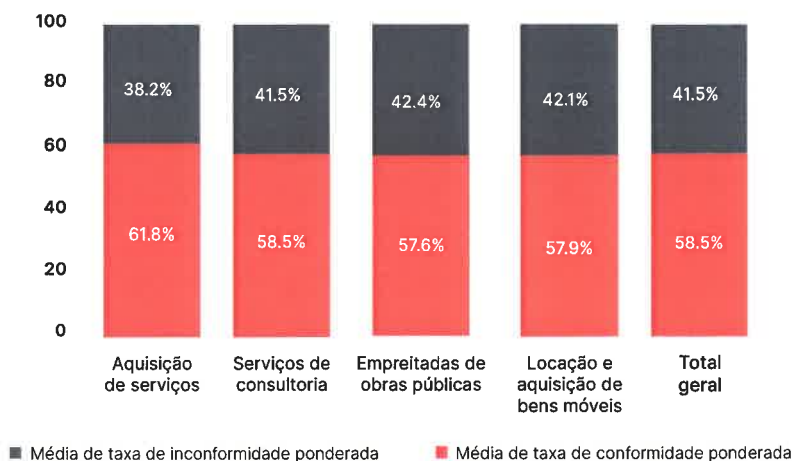
No que toca a avaliação em função do grau de cumprimento das regras de contratação pública e, por conseguinte, a correta aplicação da lei na formação dos contratos públicos, verifica-se que os contratos que as entidades conduziram por ajuste direto são os que mais se desviaram da aplicação da lei e do cumprimento das fases de processos de contratação pública.



Por outro lado, nos procedimentos por concurso público verificou-se uma taxa de conformidade maior. Em relação ao tipo de contrato, a diferença da taxa de conformidade é pouco expressiva, variando-se entre 61,8% para os contratos de aquisições de serviço e 57,1% para os contratos de locação e aquisição de bens móveis.



**Gráfico 11:** Taxa de conformidade por procedimento



**Gráfico 12:** Taxa de conformidade por contrato





### 5.3. Taxa de Conformidade das Entidades Auditadas por Tipos de Procedimentos e Contratos

Em relação as inconformidades verificadas nas entidades classificadas por tipo, nota-se que é nas empresas públicas onde a taxa de conformidade é menor (53,7%) e nas agências reguladoras, verifica-se maior taxa de conformidade (71,2%).

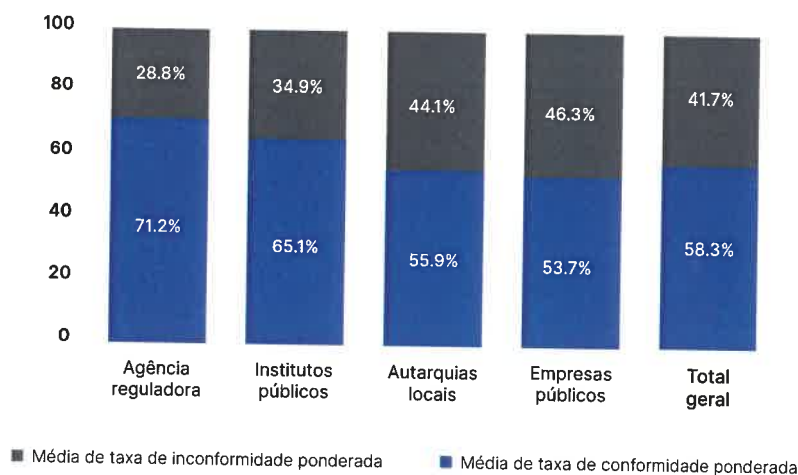


Gráfico 13: Taxa de conformidade por categoria de entidade



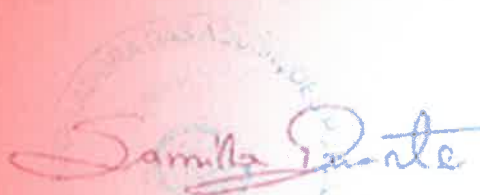
## 6. Formação e Acreditação

**Certificado**

A Autoridade Reguladora das Aquisições Públicas, cert

**Fulano de Tal**

completou com aproveitamento o **Curso de Introdução à Contrata**  
com carga horária de 30 horas, realizado de 10 de junho a 10 de julho na  
**Uni-CV**

  
*Samira Duarte*

**Samira Duarte**  
PCA da ARAP

A ARAP dispõe de um sistema de gestão da qualidade certificado de acordo com a norma

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten initials]*

1.  
Da

## 6.1. Formação dos Intervenientes do SNCP

A Formação é um dos pilares de atuação da ARAP e visa a promoção de uma adequada capacitação dos intervenientes do Sistema Nacional da Contratação Pública.

Com a formação pretende-se atingir ainda outros objetivos, nomeadamente, manter os Intervenientes do Sistema Nacional da Contratação Pública atualizada relativamente as boas práticas, visando garantir uma gestão ótima dos recursos públicos colocados a disposição das entidades para a prossecução de políticas nacional de desenvolvimento.

É igualmente um dos requisitos para acreditação como membros das UGA que são responsáveis pela condução dos procedimentos.

Em 2022 foi realizada **5 ações de formação** para o SNCP. Sendo 4 turmas do curso "Introdução à Contratação Pública" para Entidades Adjudicantes e 1 "Como participar na Contratação Pública" para operadores económicos.

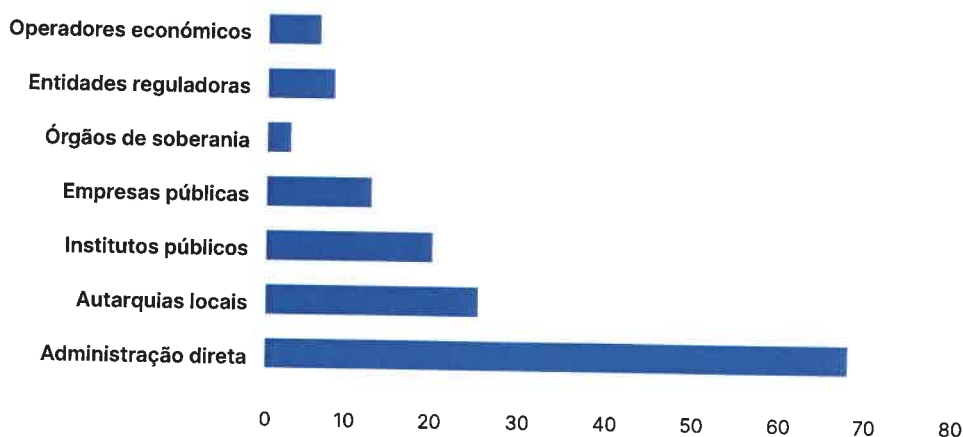


Gráfico 14: Formandos por categoria de entidade

Do total de 156 formandos que participaram do curso Introdução à Contratação Pública, 133 submeteram-se ao processo avaliativo, no qual 123 obtiveram o aproveitamento desejado, cuja pontuação mínima exigida para aprovação foi de 70 pontos, numa escala de 0 a 100pts.

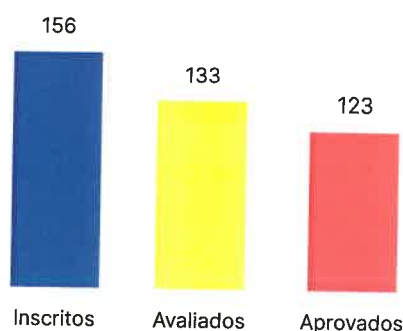
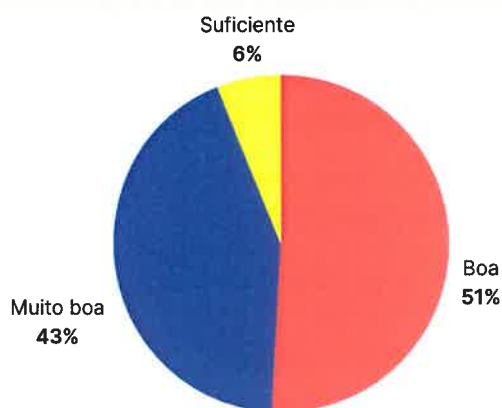


Gráfico 15: Inscrição e aprovação no curso em 2022

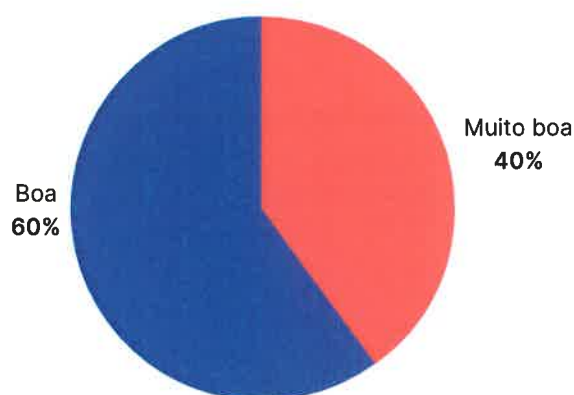


Conforme se pode notar no gráfico infra, o Curso Introdução à Contratação Pública atendeu aos objetivos estabelecidos, de acordo com a avaliação feita pelos participantes.



*Gráfico 16: Satisfação face a objetivos do curso CICP*

O “Curso Como Participar na Contratação Pública” destinados aos operadores económicos, com vista a terem uma participação mais efetiva nos procedimentos de contratação pública lançada pelas Entidades Adjudicante, foi realizada a distância através do aplicativo MS Teams e, contou com a participação de 9 operadores económicos, sendo a avaliação final considerada satisfatória, conforme representado no gráfico.



*Gráfico 17: Satisfação face aos objetivos do curso CCP*



## 6.2. Acreditação de Unidades de Gestão das Aquisições

Conforme o Código da Contratação Pública (CCP), as Entidades da Administração Central devem criar uma Unidade de Gestão de Aquisições (UGA) para condução dos procedimentos. Já para as restantes entidades a lei deixa à discricionariedade para os responsáveis de criarem ou não uma UGA.

Durante o ano 2022 a ARAP emitiu **22 Certificados de Acreditação** para membros de Unidades de Gestão das Aquisições-UGA para um total de 8 entidades. Sendo que três (3) entidades da administração indireta do Estado criaram a UGA e solicitaram a respetiva acreditação.

*Tabela 11: Entidades com certificados emitidos em 2022*

Entidades	Membros
ENAPOR - Portos de Cabo Verde	8
Banco de Cabo Verde	3
Ministério da Administração Interna	2
Câmara Municipal da Boa Vista	3
Câmara Municipal de Tarragal de São Nicolau	3
Ministério de Agricultura e Ambiente	2
Instituto da Biblioteca Nacional de Cabo Verde	1

*Tabela 12: Solicitação de Acreditação de UGA em 2022*

Entidades	Membros
Câmara Municipal de Tarragal de São Nicolau	3
Câmara Municipal de Boa Vista	3
Instituto da Biblioteca Nacional de Cabo Verde	1



## 7. Resolução de Conflitos



Num processo de contratação pública podem ocorrer conflitos entre as partes, o que pode suscitar impugnações administrativas quer através de reclamações ou de recursos.

Os recursos administrativos na contratação pública são da responsabilidade da Comissão de Resolução de Conflitos (CRC) da ARAP, órgão que materializa um dos pilares da regulação, que é a resolução conflitos em matéria de contratação pública.

De registar que houve alteração ao Estatuto da CRC, passando a vigorar o alterado pelo Decreto lei nº28/2021, de 05 de abril, no qual para a interposição do recurso na CRC passou a estar sujeita a uma taxa nos termos da tabela de taxas constante no estatuto.

### 7.1. Recursos Interpostos

No âmbito da atribuição e da missão da CRC, que é a de apreciar e resolver os conflitos em matéria de contratação pública, foram registados 19 recursos, dos quais 1 acabou terminado por desistência do recorrente.

O gráfico infra mostra a evolução da interposição do recurso por parte dos operadores económicos durante a ano 2022, cuja maior incidência são os meses de agosto e outubro.

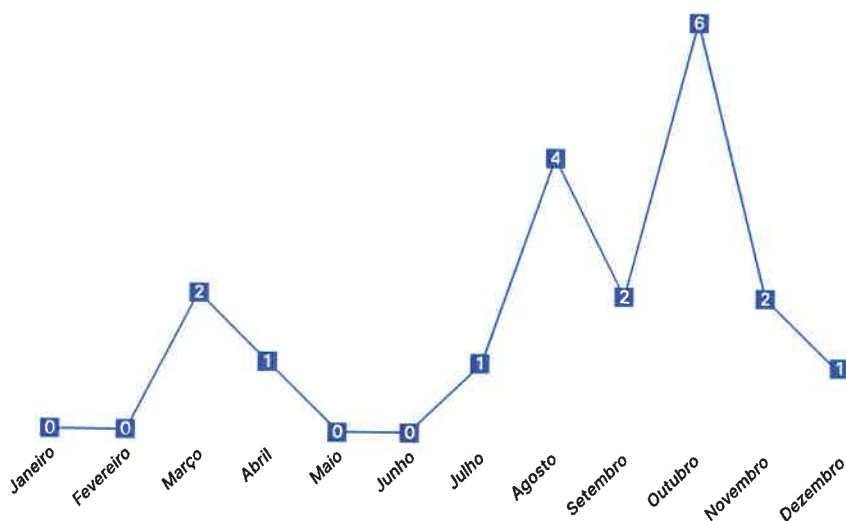


Gráfico 18: Recurso interpostos durante 2022



Os recursos interpostos foram contra 11 entidades, sendo que a entidade mais recorrida é a Infraestruturas de Cabo Verde-ICV, seguida do Ministério da Agricultura e Ambiente e do Ministério das Finanças e Fomento Empresarial, conforme retratado no gráfico abaixo.

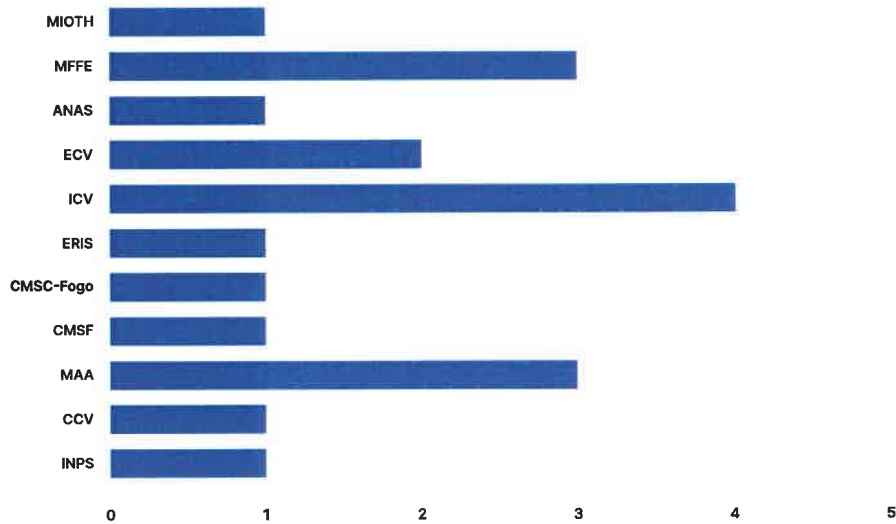


Gráfico 19: Entidades Recorridas x Quantidade de Recursos

Os recursos interpostos em 2022 resultaram na sua maioria de procedimentos por concurso público e no que toca a tipo de contratos incidiram sobre aquisição de bens móveis e empreitadas de obras públicas.



Gráfico 20: Recurso interposto por procedimento





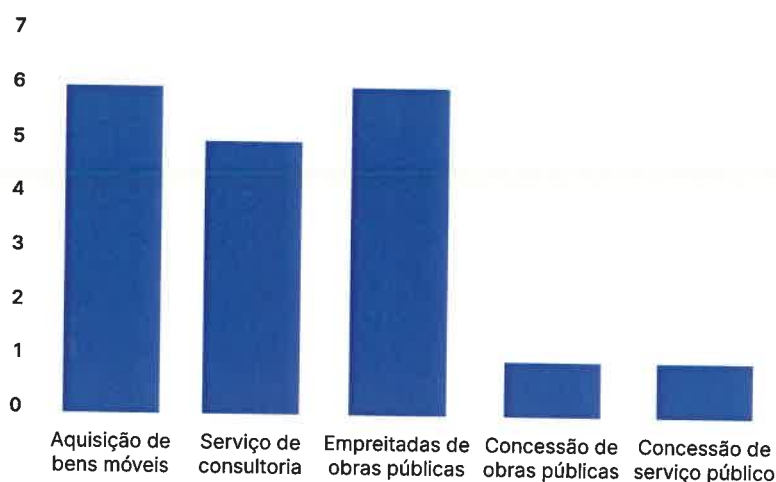


Gráfico 21: Recurso por tipo de contrato

## 7.2. Decisão sobre Recursos Interpostos

Dos recursos interpostos durante o ano 2022, 7 foram liminarmente indeferidos por serem interpostos fora do prazo, 5 foram julgados improcedentes dando razão à entidade adjudicante, e 2 foram procedentes dando razão ao operador económico que impugnou o procedimento e 1 parcialmente procedente.

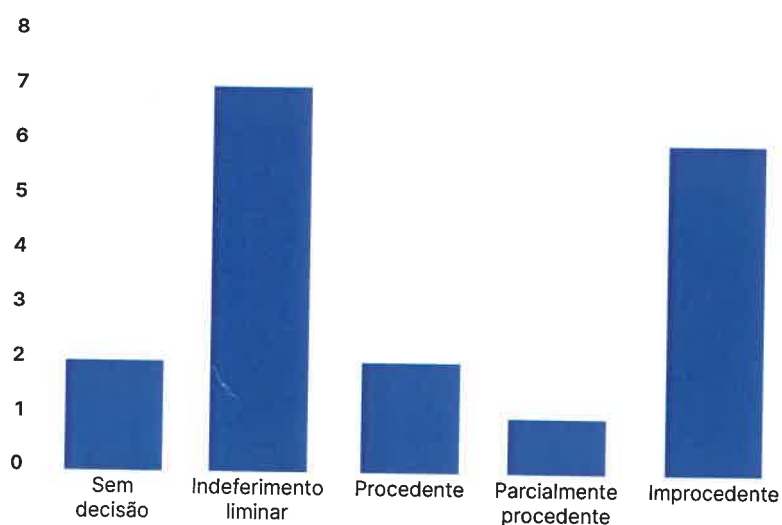
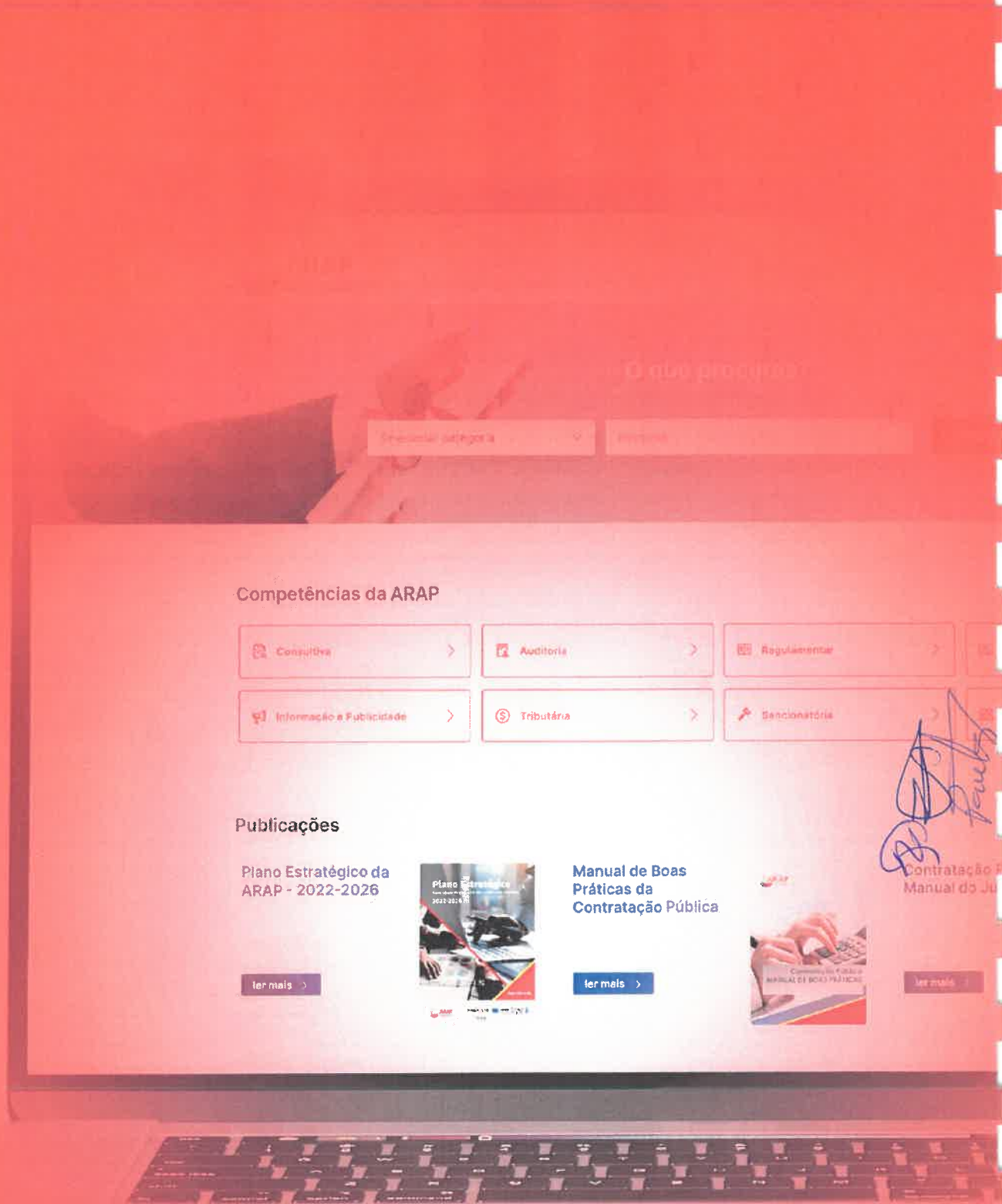


Gráfico 22: Estado das decisões sobre os recursos



## 8. Informação e Publicidade



No que toca a informação e publicidade, a ARAP deve cumprir com o princípio da transparência e publicidade no que toca a contratação pública, mantendo no seu site informações e documentos para acesso livre aos Intervenientes do Sistema Nacional da Contratação Pública (SNCP) e ao público em geral, bem como publicitar documentos e informações relativas à sua atuação para prestação de contas, conforme imposição do Código da Contratação Pública e dos Estatutos da Entidade Reguladora.

Assim, durante o ano 2022, a ARAP manteve a publicação de informações e documentos para prestação de contas, nomeadamente Planos e Relatório de Avaliação, Orçamento e Conta Gerência no âmbito das suas atividades, bem como documentos relacionados com as atividades fins, nomeadamente relatórios de auditoria, registo de contratos e deliberações da CRC.

Os documentos de publicação obrigatória no site da ARAP no âmbito da competência de informação e publicidade. podem ser encontrados em Informação e Publicidade.

### 8.1. Publicidade de Relatórios de Auditoria

Das 29 entidades auditadas em 2022, regista-se 27 relatórios de auditoria publicados no site da ARAP conforme o gráfico infra, tendo em conta que em 2 entidades não tiveram contratos assinados. Os relatórios das auditorias podem ser consultados no site da ARAP em Relatórios de Auditoria no espaço destinado à competência de auditoria.

### 8.2. Publicidade de Registo de Contratos

A publicidade do registo de contratos, no Portal da contratação pública, por parte das entidades adjudicantes é uma obrigatoriedade do Código da Contratação Pública (CCP). Trata-se de um documento que deve conter todos os contratos abrangidos pelo CCP e que foram realizados pelas Entidades Adjudicantes durante um ano. Desta forma, no âmbito da competência de informação e publicidade, a ARAP deve igualmente publicar o referido documento no seu site.

Durante o ano 2022, há registos de apenas 4 entidades com as fichas de contratos publicados no portal de compras públicas e 14 entidades com os registos de contratos publicados no site da ARAP, conforme se mostra na tabela infra.

Tabela 13: Publicidade de ficha de contratos no site da ARAP

Entidades com registo de contratos publicados em www.arap.cv	
Ministérios	Ministério da Administração Interna
	Ministério das Finanças e do Fomento Empresarial
	Ministério do Mar
	Ministério Agricultura e Ambiente
Autarquias Locais	Câmara Municipal do Sal



Entidades com registo de contratos publicados em www.arap.cv	
Entidades Reguladoras	Agência Reguladora do Ensino Superior
	Autoridade Reguladora das Aquisições Públicas
	Agência de Regulação Multissetorial da Economia
Institutos Públicos	Instituto de Apoio e Promoção Empresarial
Fundações Públicas	Fundação Cabo-verdiana de Ação Social Escolar
Empresas Públicas	Imobiliária, Fundiária e Habitat, S.A
	Núcleo Operacional para a Sociedade de Informação
	Infraestruturas de Cabo Verde
	Aeroporto e Segurança Aérea
	Caixa Económica de Cabo Verde

*Tabela 14: Entidades com ficha de contratos publicados no portal*

Entidades com registo de contratos publicados no portal
Ministério das Finanças e Fomento Empresarial
Ministério da Agricultura e Ambiente
Camara Municipal de São Filipe
Enapor

A competência de informação e publicidade em 2022 foi incrementada através da partilha de informações com os intervenientes do Sistema Nacional da Contratação Pública (SNCP), através da realização de eventos direcionados a Entidades Adjudicantes, como a Conferência sob o tema "Regulação e Independência Administrativa" no âmbito do 14º aniversário da ARAP e, da Socialização do Plano Estratégico 2022-2026.

Ainda a ARAP participou pela primeira vez da Feira Internacional de Cabo Verde, onde foi possível durante 4 dias manter contato e sensibilizar operadores económicos de diversas ilhas que estiveram presentes na feira, para além de atividades paralelas juntos dos intervenientes do SNCP na ilha de São Vicente.

A ARAP manteve ainda os intervenientes do SNCP atualizado sobre as regras e normas da contratação pública, enviando informações via rede do estado e publicando informações genéricas sobre a contratação pública nas redes sociais institucionais e através de publicações informativas em jornal impresso de circulação nacional. E, esteve presente junto do público universitário realizando ações de sensibilização sobre "Regulação da contratação pública e boa gestão dos recursos públicos".

### 8.3. Publicidade de Deliberações da CRC

Em 2022 houve a emissão de 12 decisões emitidas pela CRC, os quais foram objeto de publicações no site da ARAP, pelo que os mesmos podem ser encontrados no site da em Decisões da CRC no espaço reservado à competência de instancia de recurso.



#### 8.4. Publicidade de Entidades com UGA

Regista-se em 2022 um acumulado de 22 entidades adjudicantes com UGA acreditadas nos termos do regulamento de acreditação das Unidades de Gestão de Aquisições (UGA), sendo que destes, 10 entidades são as que a lei obriga a criação das respetivas UGA. A listadas entidades com UGA pode ser consultada em Formação e Acreditação.

Para além das informações e documentos a serem divulgadas através do site da ARAP por imposição legal, a entidade tem incrementado a competência de informação e publicidade através da partilha de informações com os intervenientes do Sistema Nacional da Contratação Pública (SNCP), através de outros canais nomeadamente através da realização de eventos direcionados intervenientes.

Sendo que em 2022 destaca-se a Conferência sob o tema “Regulação e Independência Administrativa” e a “Socialização do Plano Estratégico 2022-2026” e a participação pela primeira vez da Feira Internacional de Cabo Verde, onde foi possível durante 4 dias manter contato e sensibilizar operadores económicos de diversas ilhas que estiveram presentes na feira, para além de atividades paralelas juntos dos intervenientes do SNCP na ilha de São Vicente.

A ARAP manteve ainda os intervenientes do SNCP atualizado sobre as regras e normas da contratação pública, enviando informações via rede do estado e publicando informações genéricas sobre a contratação pública nas redes sociais institucionais e através de publicações informativas em jornal impresso de circulação nacional. E, esteve presente junto do público universitário realizando ações de sensibilização sobre “Regulação da contratação pública e boa gestão dos recursos públicos”.



## 9. Sancionamento



*[Handwritten signature]*  
10/10

A nível da competência sancionatória a ARAP pode fazer cessar a acreditação das Unidades de Gestão das Aquisições (UGA); Aplicar coimas aos intervenientes do Sistema Nacional da Contratação Pública nos termos do Código da Contratação Pública bem como manter uma lista de operadores económicos que são inelegíveis aos procedimentos de contratação pública.

A competência sancionatória só começou a ser implementada em 2021 com a criação de um Gabinete de Contraordenação que iniciou a estruturação e criação dos procedimentos para a sua efetivação.



## 10. Recursos da Instituição



*Handwritten signature*



Em termos de recursos a ARAP possui um quadro de pessoal próprio e recursos financeiros inscritos no Orçamento Geral do Estado, cuja execução é feita pela própria entidade.

### 10.1. Recursos Humanos

O ano de 2022 ficou marcado pela alteração do novo Plano de Cargos, Carreira e Salários (PCCS) e do Regulamento da Estrutura Orgânica e Funcional da ARAP, aprovados pela Deliberação nº 21/CA/2022 de 06 de maio, publicado no Boletim Oficial nº 98, II Série, de 17 de junho e republicado no BO nº 110, II Série, de 6 de julho de 2022.

Atualmente a ARAP funciona com um contingente de corpo técnico e de apoio as atividades regulatórias, mais o Conselho de Administração que é nomeado pelo Governo para mandatos.

Tabela 15: Recursos humanos por unidade organizacional

Unidade organizacional	Número de colaboradores	Competência da ARAP associada
Conselho de Administração	3	
Gabinete de Apoio ao Conselho de Administração	1	
Comissão de Resolução de Conflitos	3	Instância de recursos
Gabinete de Comunicação e Imagem	2	Informação e publicidade
Gabinete de Gestão da Qualidade	1	
Gabinete de Contraordenações	0	Sancionatória
Direção de Regulamentação Formação e Acreditação	4	Consultiva, Regulamentar, Formação e Acreditação
Direção de Supervisão Auditoria e Estudos	2	Auditoria
Direção Administrativa e Financeira	7	Tributária

### 10.2. Orçamento

No económico de 2022, foram inscritas no Orçamento da ARAP o montante global de *sessenta e oito milhões, seiscentos e vinte e seis mil e novecentos e quarenta e oito escudos (68.626.948 CVE)* repartido por centro de custo conforme o quadro a seguir apresentado.

As rubricas económicas, 02.02-Aquisição de bens e serviços e 03.01-Ativos não Financeiros são destinadas à realização das despesas da contratação pública. Em 2022, estas tiveram uma previsão orçamental no montante de 25.435.526.353 para a rubrica 02.02-Aquisição de bens e serviços, e 17.043.269.363 para a rubrica 03.01-Ativos não Financeiros.



**Tabela 16: Orçamento ARAP 2022**

Rúbrica económica	Funcionamento	Investimento	Privativo	Total orçamento	Peso (%)
02.01 - Despesas com pessoal	38 520 675	250 000	4 138 348	42 909 023	62,5%
02.02 - Aquisição de bens e serviços	1 317 149	2 757 733	18 067 311	22 142 193	32,2%
02.08 - Outras despesas	259 706	0	200 000	459 706	0,67%
03.01 - Ativos não financeiros	0	0	3 116 026	3 116 026	4,5%
<b>Total</b>	<b>40 097 530</b>	<b>3 007 733</b>	<b>25 521 685</b>	<b>68 626 948</b>	<b>100%</b>

Para além dos valores supramencionados, durante o ano económico de 2022 foram inscritas no orçamento da ARAP o montante de três milhões, quinhentos e cinquenta e quatro mil e oitocentos e treze escudos (**3.554.813 CVE**), relativo ao financiamento do BAD, no projeto E-Procurement And Assessment Assistance Project (E-PAAP) para a execução de atividades que inclui a avaliação do Sistema Nacional da Contratação Pública utilizando a metodologia MAPS II.

### 10.3. Execução do Orçamento

O ano de 2022 ficou marcado pela alteração do novo Plano de Cargos, Carreira e Salários e do Regulamento da Estrutura Orgânica e Funcional da ARAP, aprovados pela Deliberação nº 21/CA/2022, de 06 de maio, publicado no Boletim Oficial nº 98, II Série, de 17 de junho e republicado no BO nº 110, II Série, de 6 de julho de 2022.

Os investimentos prioritários na ARAP para o ano de 2022, foram alocados para a revisão do PCCS e Regulamento Orgânico, realização de auditorias e supervisão aos procedimentos da contratação pública, sistema de controlo e gestão da assiduidade, elaboração do plano de atividade para 2022, aquisição de novos equipamentos informáticos, revisão e conclusão do diploma sobre a tramitação eletrónica dos procedimentos de formação de contratos, capacitação interna dos técnicos em áreas específicas, 1º acompanhamento da certificação da instituição de acordo com a Norma ISO 9001:2015 - Sistema de Gestão da Qualidade e divulgação de informações sobre a contratação pública.

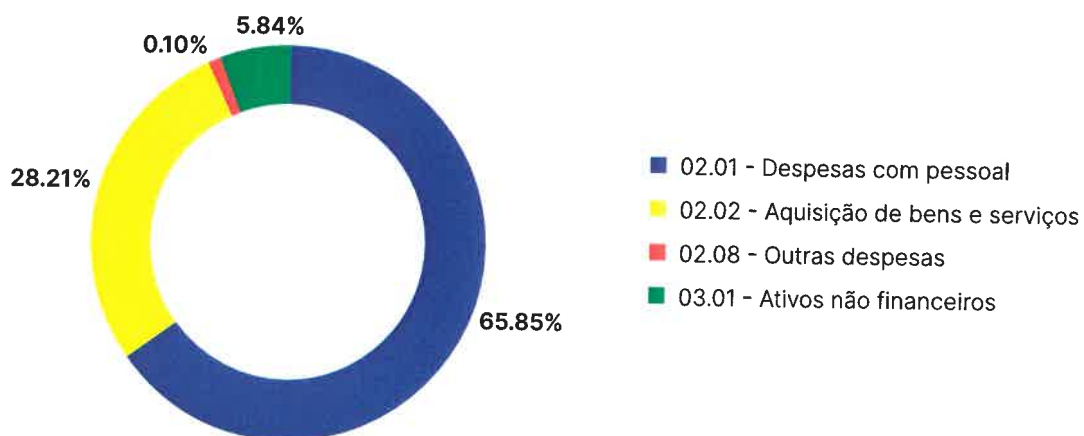
Conforme pode ser observado no quadro infra a execução do orçamento de janeiro a dezembro de 2022 atingiu 90,49% do seu valor global, correspondente a 62.098.495 ECV (sessenta e dois milhões, noventa e oito mil, quatrocentos e noventa e cinco escudos).

Todavia, tendo em conta o seu âmbito de atuação, considera-se que os recursos disponíveis não se encontram dimensionados às necessidades da instituição.



*Tabela 17: Execução por agrupamento das despesas*

Centro de custo	Orçamento publicado	Janeiro a Dezembro	
		Orçamento executado	Percentagem de execução
40.10.09.01 - Rec Ac	40 097 530	38 091 864	95.00%
40.10.09.01 - RP	25 521 685	22 015 651	86.26%
40.10.09.01 - IPE	3 007 733	1 990 980	66.20%
<b>Total</b>	<b>68 626 948</b>	<b>62 098 495</b>	<b>90.49%</b>



*Gráfico 23: Execução por agrupamento das despesas*



## 11. Considerações Finais



Conforme retratado na nota de introdução, tratando do primeiro relatório de regulação efetuado procurou-se relatar as atividades e análises dentro do cumprimento da missão institucional da ARAP. A nível geral nota-se que já se conseguiu abarcar todas as competências para o cumprimento da missão institucional, entretanto, algumas delas ainda carecem de atenção conforme retratada no gráfico infra.

Espera-se que, com a implementação da plataforma eletrónica da contratação pública, os próximos relatórios de regulação da ARAP possam trazer análises mais qualitativa em relação às aquisições públicas levado a cabo pelas entidades adjudicantes.

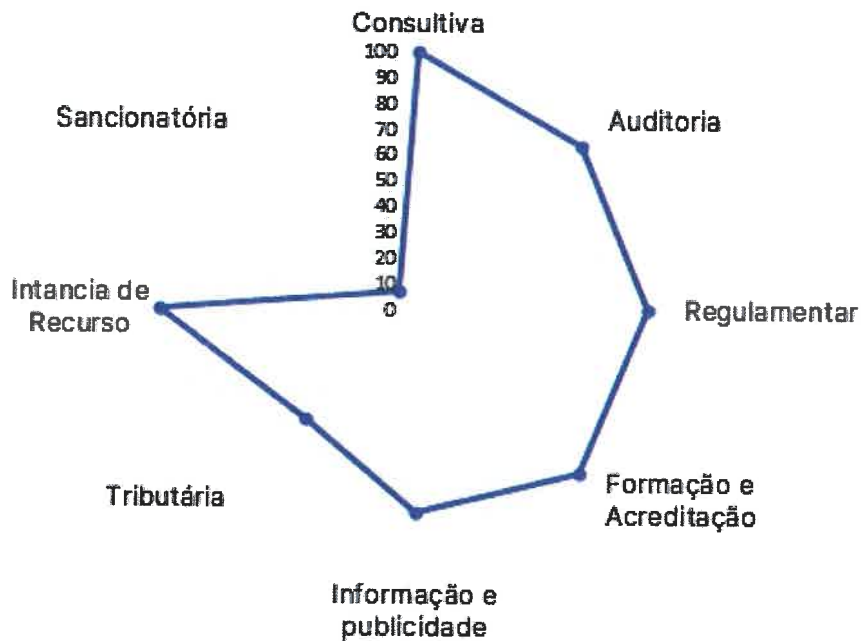


Gráfico 24: Taxa de cumprimento das competências



Rua Neves Ferreira, nº 05, Cruzeiro (Zona do Ténis), Plateau, Praia, Ilha de Santiago, CP 787 | (+238) 260 04 07 | [www.arap.cv](http://www.arap.cv) | [info@arap.gov.cv](mailto:info@arap.gov.cv)